



Diciembre 2019 - ISSN: 1988-7833

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOB O ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA

Rinelza Gemaque da Silva¹

Universidade Federal do Amazonas
rinelzagemaque@hotmail.com

Jadson Justi²

Universidade Federal do Amazonas
jadsonjusti@hotmail.com

Corina Fátima Costa Vasconcelos³

Universidade Federal do Amazonas
corina.ftima@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Rinelza Gemaque da Silva, Jadson Justi y Corina Fátima Costa Vasconcelos (2019): "Percepção de professores sob o abuso sexual na infância", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (diciembre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/12/abuso-sexual-infancia.html>

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi descrever se professores da rede municipal de ensino de Parintins, Amazonas, Brasil, conseguem identificar, por meio de comportamento, se alunos estão sendo abusados sexualmente. Este estudo engendra-se como transversal com abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário semiestruturado contendo questões sociodemográficas e específicas direcionado a vinte participantes. Os dados encontrados evidenciam que a maioria dos docentes menciona parcialmente as características comportamentais de acordo com a literatura, mas ante a realidade com a criança, não conseguem ter a percepção correta sobre a problemática. Conclui-se a carência de professores informados quanto ao abuso sexual infantil. Nota-se um conhecimento raso sobre a temática, o que faz com que tenham dificuldades em reconhecer uma criança que esteja sendo supostamente vítima de abuso.

Palavras-chave: Infância, Abuso sexual, Professores.

ABUSO SEXUAL INFANTIL: PERCEPCIÓN DEL MAESTRO

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue describir si los maestros de escuelas públicas en Parintins, Amazonas, Brasil, pueden identificar, por comportamiento, si los estudiantes están siendo abusados sexualmente. Este estudio se caracteriza por ser transversal con enfoque cualitativo y cuantitativo. La

¹ Pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas.

² Professor do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas.

³ Professora do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas.

recolección de datos se realizó a través de un cuestionario semiestructurado dirigido a veinte participantes. Los datos muestran que la mayoría de los maestros mencionan parcialmente las características de comportamiento de acuerdo con la literatura. También fue evidente que los maestros no pueden tener una percepción correcta del problema a través de la realidad con el niño. Se concluye la falta de maestros informados sobre el abuso sexual infantil. Existe un escaso conocimiento del tema, lo que hace que tengan dificultades para reconocer a un niño que supuestamente está siendo abusado.

Palabras clave: Infancia, El abuso sexual, Maestros.

CHILD SEXUAL ABUSE: TEACHER PERCEPTION

ABSTRACT

The objective of this research was to describe if teachers of public schools in Parintins, Amazonas, Brazil, can identify, by behavior, if students are being sexually abused. This study is characterized as cross-sectional with qualitative and quantitative approach. Data collection occurred through a semi-structured questionnaire directed to twenty participants. The data show that most teachers partially mention the behavioral characteristics according to the literature. It was also evident that teachers are unable to have the correct perception of the problem through reality with the child. The lack of informed teachers regarding child sexual abuse is concluded. There is a poor knowledge of the subject, which makes them have difficulty recognizing a child who is allegedly being abused.

Keywords: Childhood, Sexual abuse, Teachers.

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil é algo alarmante no cenário mundial principalmente em nações pobres e com défices educacionais generalizados. De acordo com Sanderson (2005), a proporção de casos aumenta gradativamente e junto com ela as mazelas que acompanharão essas vítimas por toda a vida. A falta de concentração é mais evidente no ambiente escolar. Uma criança que está sempre preocupada, com medo, aterrorizada, confusa ou que antecipa (por meio de lembranças) o próximo ato sexual (caso o abuso seja corriqueiro) não conseguirá prestar atenção ao esperado de aprendizado na escola. Nesses momentos é relevante que o professor esteja atento a esses detalhes revelados comportamental ou verbalmente, por esses alunos, podendo identificar a realidade de abuso sexual. Ademais, contar sobre o abuso sexual a um adulto é algo muito incomum, raras são as crianças que conseguem externar seus sentimentos diante do abuso sexual.

Uma criança vítima de abuso sexual “[...] carrega consigo consequências tanto orgânicas quanto psicológicas e dentre as mais comuns a criança apresenta quadros de dificuldades de aprendizagem na escola [...]” (Azevedo e Guerra, 1995: 13). Com isso, pode ser percebido, de forma não tanto explícita, que o aluno passa por algum problema que necessita ser identificado, que seu rendimento escolar não está relacionado apenas por falta de interesse qualquer dele, mas sim por dificuldades enfrentadas que podem estar relacionadas ao abuso sexual. Para os autores, ente essa situação, o professor necessita estar sensível ao assunto, pois é relevante que o abuso sexual seja percebido por meio de cuidadosa análise e investigação de alguns indicadores comportamentais a serem examinados em conjunto com outros fatores presentes no sujeito, nunca isolados.

Ao exposto, a problemática norteadora deste estudo indaga: Será que os professores da rede municipal de ensino de Parintins, Amazonas, Brasil, conseguem identificar os sinais de abuso sexual infantil e quais são suas atitudes de auxílio desse aluno que possivelmente esteja sendo vítima? Diante disso, segundo dados da 3ª Delegacia Regional de Parintins, a incidência de abuso sexual infantil nos últimos cinco anos revelou 103 casos de abuso sexual contra menores de 14 anos; isto é, um índice alarmante. Certamente, devem existir casos que não são denunciados e estão ocorrendo por anos sem nenhuma denúncia ou tipo de intervenção. Para tanto, o objetivo deste estudo é descrever se professores da rede municipal de ensino do referido município conseguem identificar, por meio de comportamento, se alunos estão sendo abusados sexualmente. Esta pesquisa também

levou em consideração a relevância do professor estar atento a questões abusivas, bem como a exposição numérica por meio de estatística simples diante das condições sociais de possível enfrentamento docente no que tange ao abuso sexual infantil.

1.1 Contexto histórico do abuso sexual

O abuso sexual infantil é originário de natureza social e, no que se refere a aspectos históricos, de violência e abuso sexual. Martinelli (2007) destaca que vem de uma raiz histórica, desde a época romana, a prostituição de mulheres, inclusive de crianças, que era vista como benefícios para gerar lucros para a sociedade, desde então, o abuso já estava presente e sendo praticado com menores de idade. Para Minayo (2006), a violência não consiste em apenas uma vertente, mas se considera múltipla, cujo termo é de origem latina, vem de vis, que se revela como força e se refere às noções de constrangimentos e de uso da superioridade física sobre o outro que está na condição de vítima.

Sanderson (2005) fala sobre dados históricos que indicam que, na Antiguidade, as crianças eram consideradas recipientes de veneno para os adultos colocarem seus maus sentimentos, portanto, pelo fato de as crianças serem vistas como puras, elas tinham a capacidade de purificar o mal do adulto. E isso ainda é observado em alguns países do continente africano, em que a criança virgem é considerada como um antídoto para doenças sexualmente transmissíveis. Segundo Faleiros (2000), a violência pode ser considerada a uma categoria conceitual e explicativa para que se possa ter uma compreensão de todos os fenômenos em que crianças e adolescentes são vitimados sexualmente; deve ser analisada em seu contexto histórico, econômico, cultural, social e ético.

É relevante destacar as abordagens sobre o abuso sexual infantil a partir da violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar. Lima e Barbosa (2011) comentam que é concebida violência sexual intrafamiliar quando existe uma relação de parentesco com a vítima, também denominada de abuso sexual intrafamiliar ou incesto. Já a violência extrafamiliar é entendida quando não há a relação de convivência familiar, denominada também de abuso sexual extrafamiliar e exploração sexual quando caracterizar uma troca comercial. A diferença é que o abuso sexual intrafamiliar chama mais atenção pela grande dimensão de consequências negativas. Os autores destacam que o abuso sexual intrafamiliar é cheio de complexidades, que vão desde aos traumas causados pelo medo, pela vergonha e até com a contaminação de infecções sexualmente transmissíveis. E isso se mantém como uma realidade gritante e desesperadora, que são praticadas pelos pais, padrastos, irmãos ou parentes próximos, levando a vítima a ter muitas vezes danos mentais, emocionais, lesões com traumas físicos, que podem afetar a saúde e, principalmente, a qualidade de vida.

Faleiros (2000: 15) diz que o abuso em si

[...] trata de uma situação de ultrapassagem de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir fazer e viver, de regras sociais e familiares, e de tabus [...].

De Lorenzi, Pontalti e Flech (2001) afirmam que o abuso sexual é uma situação em que a criança é utilizada para a satisfação sexual de um adulto, por intermédio de relações de poder, que podem incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou região anal, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência.

A falta de conhecimento sobre os direitos da criança faz parte do contexto histórico e que desde muito tempo se luta por eles, principalmente pela falta de não considerar a criança como uma pessoa que possui direitos. Segundo Guerra (2008), um dos primeiros saltos para se dar a credibilidade de direito à criança foi a Declaração de Genebra, de 1923, seguido da formalização da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959. Na sequência, ocorreu a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, em 1989, e, no caso do Brasil, há a Constituição Federal de 1988, servindo de fundamento para o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990).

No artigo 227, da Constituição Federal de 1988, têm-se o seguinte:

[...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988).

Nesse contexto observa-se o avanço das leis de proteção à criança que se estabeleceu no Brasil, levando em consideração a grandeza desses instrumentos de defesa e proteção que têm como objetivo a prioridade absoluta em relação ao atendimento contra os direitos violados de crianças e adolescentes que estão sendo abusados.

1.2 O olhar do professor em relação ao abuso sexual infantil

O professor é considerado um dos principais mediadores e gerenciadores de conhecimento. Conhecer o aluno deve ser de suma importância na prática educativa da escola e assim poder cumprir o seu papel como educador, respeitando as diferenças e os limites que cada um pode ter. Nesse sentido é que se destaca a relevância de o professor conhecer a temática do abuso sexual infantil, não apenas superficialmente, mas saber identificar os fatos reais sobre o assunto em questão, e seguida de intervenção. Para Brino e Williams (2009), quando o professor passa a falar e pensar sobre o assunto abuso sexual infantil, o surgimento de ideias sobre o tema surge, os sinais tornam-se indicativos ao problema, sendo necessário um tempo de reflexão para distinção dos sintomas que realmente estão relacionados ao abuso sexual, para que não haja falhas no diagnóstico realizado pelo professor.

Na maioria das vezes, os professores não possuem um conhecimento sobre o assunto abuso sexual, ocasionando dificuldades no processo de identificação se a criança está sendo vítima para poder então ser ajudada e encaminhada para os devidos procedimentos cabíveis, mesmo sendo um assunto delicado. Brino e Williams (2003) retratam que a violência por abuso sexual se torna mais difícil de identificar por não possuir muitas marcas físicas. Isso leva em consideração como os profissionais de educação que estão em contato direto com crianças podem ter uma percepção melhor se tiverem conhecimento do assunto, sejam por meio de capacitação ou mesmo informações levadas por meio de estudos voltados para intervenção.

Conforme Sanderson (2005), as crianças normalmente são capazes de mostrar aos pais e professores uma larga variedade de impactos que são adquiridos, cada um com significado específico. Tendo em vista esses sinais, o professor ou os pais dessa vítima serão capazes de entender o que a criança está tentando mostrar por meio dessa comunicação. Azevedo e Guerra (1995) esclarecem que uma criança, quando vítima de abuso sexual, leva com ela consequências tanto orgânicas quanto psicológicas, e as mais relevantes são os quadros de dificuldades de aprendizagem na escola.

É importante que o educador amplie seus conhecimentos sobre o assunto, para que, em algum momento, ele auxilie, de forma correta, alunos que não possuem todas as informações necessárias. Assim, poderá ajudar as crianças que estejam nessa situação de violência. É relevante que elas vejam os pais e os professores como principal fonte de conselhos em muitas áreas, que dialoguem sempre. Sanderson (2005) diz que isso torna, muitas vezes, um fator positivo, pois pode facilitar ao professor identificar de forma correta os sintomas de abuso que, porventura, a vítima esteja passando.

Brino e Williams (2003) destacam em sua pesquisa com vinte professores de educação infantil, no que se refere a procedimentos e ações perante um abuso sexual, que 95% das participantes disseram que tomariam algum tipo de atitude. Dentro das que afirmaram que fariam algo perante o abuso sexual, apenas quatro (21%) do total tomariam atitudes envolvendo a denúncia do caso. As outras quinze professoras (79%) tomariam outro tipo de atitude que não fosse a denúncia.

A falta de conhecimento sobre esse assunto faz com que vários casos de abuso sexual infantil não se resolvam e se mantenham por longos anos trazendo muitas mazelas à vítima. É certo que essa responsabilidade da descoberta não se torna direta do professor, mas existem dados que comprovam que a maioria das descobertas de abuso sexual infantil é dentro do ambiente escolar, dentro de sala

de aula, com a participação e observação de professores. Na visão de Sanderson (2005), é preciso que professores recebam formação de maneira adequada quanto ao assunto. Só tendo um amplo entendimento da criança sexualmente abusada é que professores terão esperança de identificar se ela corre risco ou se está sendo abusada.

Sanderson (2005: 251) explicita sobre o abuso sexual de crianças:

Esse conhecimento é essencial para que pais e professores possam aumentar seu entendimento do ASC [abuso sexual de crianças], não apenas o detectando, mas também buscando ajuda apropriada para as crianças, assim que possível. Só quando estiverem munidos de conhecimento e conscientização, os pais poderão se sentir preparados para proteger a criança. Um conhecimento correto sobre qual o impacto do ASC sobre a criança e como entender de fato a criança abusada sexualmente é a única maneira de os pais e professores ampararem as crianças adequadamente.

Por essa razão, é fundamental que os profissionais que têm contato diário e próximo com crianças estejam atentos para esse grave problema social e possam trabalhar no sentido de preveni-lo e identificá-lo, e, também, caso haja alguma suspeita, saibam orientá-las (Brasil, 2006).

1.3 O comportamento das vítimas

O abuso sexual em crianças tem abalo múltiplo e isso é algo inquestionável literariamente. O que também está ligado a isso é que o impacto não é apenas sexual, mas também emocional e psicológico. Esse caso em particular leva a considerar que houve um aliciamento sexual ou quando o abuso acontece dentro de casa, com participação de pessoas da família (Sanderson, 2005).

O maior trauma ocorre quando a criança está ligada a um relacionamento próximo com o abusador, como o familiar. Normalmente, essas atividades sexuais incluem penetração e o abuso é acompanhado por violência e agressão (Groth e Birnbaum, 1978). O uso da força física e da violência para acompanhar o abuso sexual pode ter um considerável impacto, e quanto mais força física e a violência são utilizadas pelo abusador, mais negativos serão os resultados que o abuso sexual trará para a vida da vítima, conforme relata Sanderson (2005), fundamentado em William N. Friedrich, Anthony J. Urquiza e Robert L. Beilke, em *Behavior Problems in Sexually Abused Young Children* (1986).

Quando a força física é mantida nesses casos de abusos, elas se tornam crescentes para um grau de distúrbio de comportamento nas crianças, fazendo com que elas internalizem os sintomas do abuso, principalmente pelo medo e vergonha, de acordo com Sanderson (2005), fundamentado em Tufts New England Medical Center, intitulado *Sexually Exploited Children: Final Report for the Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention* (1984). Um dos fatores que está ligado a esse processo e se torna crucial no impacto do abuso sexual é a idade com que essa criança foi abusada, que, quanto mais nova ela sofreu essa violência, mais vulnerável estará ao trauma que pode adquirir. Normalmente, esses abusadores estão relacionados à família, o que faz essas crianças se tornarem vítimas muito cedo.

Quanto mais frequente e prolongado o abuso sexual se tornar, o impacto será maior, com a probabilidade de essas vítimas ficarem traumatizadas. Russel (1986) descobriu que 73% dos sobreviventes adultos que tinham sido abusados por mais de cinco anos relataram um tipo de trauma considerável. O tipo de trauma revela-se de criança para criança, nem sempre vai ser igual, cada uma delas apresentam reações diferentes. Muitas se sentem temerosas em revelar por acharem que terão consequências e outras não conseguem de fato revelar coisa alguma, no entanto, existem casos descobertos depois de anos de sofrimento.

Segundo Sanderson (2005), as vítimas encontram múltiplas maneiras de comunicar seus medos e ansiedades aos adultos. Muitos deles são sutis e passam despercebidos para outras pessoas, ou estas sabem o que a vítima está passando e ainda sim ignoram a situação. Ainda seguindo o assunto da descoberta das vítimas abusadas, é relevante ressaltar mudanças de comportamento da criança e os sinais que se tornam preocupantes ao serem analisados com atenção.

A criança pode manifestar sinais de várias maneiras, dependendo da situação em que se encontra, por isso é necessário o máximo de atenção nas observações. Segundo Silveiras (2002), determinados comportamentos começam a ser vistos em crianças com a faixa etária entre três e cinco anos, como: tirar roupa em público, brincadeiras sexuais com amigos de sala, masturbar-se por prazer, uso de termos vulgares mesmo sabendo os nomes corretos das partes do corpo e introduzir objetos nas aberturas do corpo.

Nesse sentido, Azevedo e Guerra (1995: 74) mencionam que

[...] uma criança que por palavras, brincadeiras ou desenhos sugere um conhecimento sexual inapropriado a sua idade; uma criança com preocupações excessivas com questões sexuais e um conhecimento precoce de comportamento sexual adulto; que repetidamente se envolve em brincadeiras sexuais com colegas; que é sexualmente provocante com adultos; uma criança mais velha que se conduz de um modo sexualmente precoce, comportando-se de uma forma que a isola de seu grupo de colegas e atrai comportamento crítico ou sedutor por parte dos adultos; pedidos de contracepção não são raros em crianças sexualmente abusadas e podem ser um grito de ajuda.

Sanderson (2005) comenta que o veículo universal de toda criança é a brincadeira. Brincar é um modo natural e criativo pelo qual a criança obtém significado a partir de suas experiências adquiridas e isso dá um sentido ao mundo. Brincar torna-se também um modo que a criança tem como demonstrar suas experiências vividas e pode muito bem revelar sobre o mundo interno e as experiências de uma criança sexualmente abusada. Por intermédio das brincadeiras, a vítima atua no momento em que está vivendo, ela pode envolver outras crianças do ambiente de convivência como a escola e demonstrar por meio de gestos, toques, aquilo que tem passado em relação ao abuso sexual. É relevante ressaltar que a criança que está sendo abusada sempre trará elementos sexuais para esses momentos das brincadeiras, muitas vezes tornando repetitivos e até obsessivos para quem observa.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como transversal com abordagem quali-quantitativa. A pesquisa que apresenta o perfil metodológico transversal é aquela que o pesquisador realiza de uma forma rápida a coleta de dados a fim de se envolver o menos possível quando se refere a possíveis interferências (influência) sobre os dados coletados (Fontelles et al., 2009). Ao que tange à abordagem quali-quantitativa, Vieira e Hossne (2001) descrevem que ela pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar determinado objeto, por meio da subjetividade e da sistematicidade numérica conjuntamente.

A metodologia adotada neste estudo tornou-se apropriada por facilitar descrever a complexidade de problemas, bem como analisar, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo de mudanças da criança ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretações das particularidades dos comportamentos ou atitudes de pessoas (Oliveira, 1999).

Para esse estudo foram convidadas, por meio de carta de autorização institucional, todas as escolas públicas municipais de ensino fundamental nos anos iniciais, porém, apenas seis instituições aceitaram. Das escolas visitadas após o aceite, apenas 20 professores responderam ao questionário adotado como instrumento para a coleta de dados da presente pesquisa. A escolha da rede municipal para esta pesquisa destacou-se pela organização e disponibilidade aparente dos órgãos em questão antes do convite direcionado à gestão de cada instituição.

Enfatiza-se que os professores das escolas em que a gestão aceitou a realização desta pesquisa em suas dependências foram convidados a participarem do estudo como voluntários, expressando suas concepções sobre o tema em questão no processo de intervir ou não pela vítima.

Esta pesquisa foi realizada unicamente por seus proponentes com o objetivo de coletar dados sobre a temática abordada para o desenvolvimento dela, sendo esses coletados por meio da aplicação de um questionário semiestruturado direcionado aos professores. De acordo com Chizzotti (2005: 55),

O questionário consiste em um conjunto de questões que são pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com objetivo de suscitar das informantes respostas por escrito sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar.

Em relação aos procedimentos, reitera-se que fora enviado pedido de autorização para a direção de cada escola municipal de Parintins, esclarecendo o interesse na realização da pesquisa, juntamente com o motivo principal que era a participação dos docentes como participantes, sem que atrapalhasse qualquer tipo de atividade já programada da instituição. Após a autorização da pesquisa pelos gestores de cada escola, foi apresentada (pelos proponentes deste estudo), por meio de uma reunião na sala de professores, no momento de intervalo, a forma que a pesquisa seria feita e aplicada naquele local.

No momento da primeira conversa com os possíveis participantes, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que todo professor que concordasse em participar da pesquisa assinasse o documento acordando sua participação de livre espontânea vontade. Esse Termo esteve anexado em duas vias juntamente com o Questionário: uma via ficou com os proponentes da pesquisa e a outra, com o próprio participante. Todos os documentos (Termo e Questionário) foram deixados dentro da sala de reunião dos professores por um período de uma semana para que pudessem responder de forma tranquila. Após esse período, os questionários foram recolhidos pelos pesquisadores a fim de realizar a análise e discussão dos dados preenchidos.

O roteiro de questões contidas no Questionário aplicado aos participantes foi constituído com base nos questionamentos elaborados pelos proponentes, com o intuito de atingir os objetivos propostos na pesquisa. O questionário em questão constituiu duas partes: a primeira, com questões sociodemográficas e a segunda parte, com questões específicas devidamente descritas nos resultados e discussão.

Os procedimentos adotados para a coleta desta pesquisa foram controlados por meio da sistematização técnica adotada para o estudo. Descreve-se ainda que os participantes foram mantidos em sigilo garantindo assim seu anonimato. Os dados coletados foram discutidos em um molde metodológico qualiquantitativo por meio da subjetividade e de estatística simples.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados, expostos nas Tabelas 1 e 2, representam os dados sociodemográficos de 20 professores de escolas municipais de Parintins, que contribuíram para a pesquisa com sua participação voluntária. Os resultados desta pesquisa são decorrentes de questionários entregues aos participantes, cujo estudo foi realizado restritamente com professores do ensino fundamental dos anos iniciais da rede pública da zona urbana.

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos professores que participaram voluntariamente da pesquisa realizada em escolas públicas municipais de ensino fundamental nos anos iniciais, em 2019

Variáveis	n	%
Idade:		
27 anos	1	5,0
30 a 40 anos	4	20,0
41 a 50 anos	7	35,0
51 a 60 anos	6	30,0
Não responderam	2	10,0
Sexo:		
Feminino	18	90,0
Masculino	2	10,0
Estado civil:		
Solteiro	2	10,0
Casado	15	75,0
Outros	3	15,0

Fonte: Autores, 2019.

Na Tabela 1 estão apresentados os dados dos participantes, tais como: idade, sexo, estado civil, formação acadêmica, pós-graduação, ano de formação, tempo de atuação como professor(a). Percebe-se que as idades de 40 a 60 anos apresentam maior número dentre os participantes entrevistados. Referente ao sexo, o número de mulheres entrevistadas é superior ao dos homens. O estado civil predominante entre os dados coletados é de casados.

Tabela 2 - Dados de formação profissional dos professores que participaram voluntariamente da pesquisa realizada em escolas públicas municipais de ensino fundamental nos anos iniciais, em 2019

Variáveis	n	%
Curso:		
Licenciatura em Letras	1	5,0
Licenciatura em Pedagogia	3	15,0
Normal Superior	15	75,0
Licenciatura em Ciências	1	5,0
Ano de formação:		
1990	1	5,0
2003	2	10,0
2004	2	10,0
2005	6	30,0
2008	4	20,0
2016	1	5,0
2017	1	5,0
Não responderam	3	15,0
Pós-graduação (<i>lato sensu</i>):		
Psicopedagogia	3	15,0
Pedagogia escolar	2	10,0
Gestão escolar	1	5,0
Gestão pública	1	5,0
Educação infantil e educação fundamental	1	5,0
Libras	1	5,0
Não possui especialização	11	55,0
Tempo atuação como professor:		
1 a 15 anos	4	20,0
15 a 20 anos	5	25,0
21 anos	1	5,0
23 anos	2	10,0
24 anos	2	10,0
27 anos	2	10,0
28 anos	4	20,0

Fonte: Autores, 2019.

Na Tabela 2 apresentam-se os dados referentes à formação profissional dos participantes, conforme a capacitação de cada um. De acordo com as informações obtidas, constatou-se com mais frequência a graduação Normal Superior, seguido em Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Letras e Licenciatura em Ciências. Quanto ao ano de formação, os que mais predominam variam de 2005 a 2008. Em seguida, destaca-se a pós-graduação e suas respectivas especializações, como Psicopedagogia e Pedagogia Escolar entre as mais escolhidas. Já o tempo de atuação dos professores varia entre 20 e 28 anos de experiência na rede municipal.

Apresenta-se a partir desse tópico a segunda parte do questionário semiestruturado, as questões específicas. Quando questionados sobre se o abuso sexual infantil possui dados alarmantes nos últimos anos e se está cada vez mais evidente a presença de vítimas que ainda estão no começo da idade escolar, e, que como educador, qual seria a posição dele sobre a importância do falar, e se discutir sobre o assunto na escola se torna relevante para futuramente ajudar alguma criança que,

porventura, possa estar passando por isso. Cem por cento dos entrevistados afirmou ser relevante que toda escola dê acesso às informações sobre o assunto abordado.

Como relata Sanderson (2005), todo professor necessita de capacitação adequada quanto ao assunto. Só tendo um amplo entendimento da criança sexualmente abusada é que professores podem identificar alunos que possivelmente corram risco ou as que estão sendo abusadas. No que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), quando o profissional não apresenta conhecimento algum e nem mesmo sabe o que fazer com uma situação de abuso sexual infantil, poderá agir de uma forma inadequada perante a situação, ou até mesmo não tomar atitude alguma, o que não deixa de ser prejudicial à criança, ferindo a legislação (Brasil, 1990).

Segundo Reppold et al. (2002), o educador envolvido como um agente de prevenção é um aspecto importante, principalmente pela dificuldade que, muitas vezes, a criança tem em revelar a ocorrência do abuso sexual para sua própria família, levando em consideração que a maioria dos casos de violência sexual é intrafamiliar, o que faz a criança recorrer a ajuda de pessoas fora da família.

Diante disso, é importante manter um conhecimento atualizado sobre o assunto, principalmente que nem todas as crianças são capazes de revelar o abuso por temerem as consequências, mas podem encontrar múltiplas maneiras de comunicar seus medos, suas preocupações a um adulto. Normalmente, esses meios tornam-se sutis e podem até passar despercebidos (Sanderson, 2005). Portanto, a escola é um locus primordial para que se possa interagir sobre o assunto e ofertar métodos que possam servir como intervenção contra o abuso sexual infantil. Descreve, ainda, que os professores apresentam papel crucial em relação à temática e, quanto mais conhecimento eles tiverem, mas fácil será o processo de identificação das vítimas.

Em relação à segunda questão, quando questionados se já notaram em algum momento, dentro de sala de aula, indícios de uma criança que esteja sofrendo abuso sexual, 40% dos participantes responderam “sim”, que já presenciaram indícios de criança que supostamente estivessem sofrendo abuso sexual; e 60% responderam “não”.

Conforme os dados da 3ª Delegacia Regional de Parintins, nos últimos cinco anos, 103 casos foram confirmados de violência sexual contra menores de 14 anos. Este estudo levanta a questão da importância que o educador atuante em Parintins tem que ter sobre esse assunto, já que o município apresenta dados alarmantes de vítimas. Descreve, ainda, que professores que participaram do estudo concordam com aplicação de capacitação e estudos voltados para o reconhecimento de vítimas que sofrem abuso sexual infantil.

Alguns participantes já apresentam um breve conhecimento sobre a situação, no entanto, suas percepções, muitas vezes, podem estar afetadas pelo ego e isso faz com que a identificação fique comprometida. Lima (2009) ressalta que, quando professores capacitados melhoram seus conhecimentos, mas a melhora não se torna expressiva, ou seja, que mesmo dessa forma não conseguem identificar o esperado, os reflexos do agir podem ser insuficientes, e o professor, às vezes, não consegue perceber ou mesmo identificar suspeitas de abuso sexual contra crianças.

Subentende-se por hipótese que a violência sexual contra crianças e adolescentes é mais frequente do que anunciam os dados estatísticos, oriundo do silêncio das vítimas que pode ser justificado pelo medo e vergonha, de familiares, vizinhos, educadores, e outros profissionais que ao saberem e não denunciarem contribuem para o mascaramento dessa realidade. De certa forma, isso auxilia a violência a permanecer e a vítima a continuar sendo violentada (Lima, 2009). Coloca-se em questão que 60% de professores que responderam que nunca notaram nenhum tipo de indício em sala de aula sobre abuso sexual, pode ser levado em consideração com a fala do autor, ou seja, a maioria prefere ficar omissa quanto a denúncias ou qualquer tipo de intervenção.

Ao que tange à terceira questão, sobre o comportamento de alguns educadores que preferem se manter longe quanto ao assunto, por achar que não é seu dever intervir pelo aluno, e que a intervenção tem que vir da família ou do Estado, enquanto, muitas vezes, a vítima se encontra sozinha; sendo que o professor pode ser o que ela tem de mais próximo depois da família, e faz com que demonstre sinais de que está precisando de ajuda e professores a negam por achar que não é de sua competência. Dezenove (95%) participantes responderam que não concordam que professores neguem assistência a crianças que sofrem abuso sexual e apenas 1 (5%) concorda, levando em consideração que não ajudaria se notasse que um de seus alunos estivessem passando por esse problema.

É relevante que o professor se mantenha atento a todos os sinais que a criança demonstra. Sanderson (2005) afirma que as crianças normalmente são capazes de mostrar aos pais e professores uma larga variedade de impactos que são adquiridos, cada um com significado específico. Tendo em vista esses sinais, o professor ou os pais dessa vítima serão capazes de entender o que a criança está tentando mostrar por meio dessa comunicação.

Destaca-se ainda que a maioria dos professores participantes da pesquisa não deixaria de intervir no caso de alunos vítimas de abusos. É necessário zelar pela segurança com medidas cautelosas para que não assuste a criança ainda mais. Sanderson (2005) diz que professores precisam ser cautelosos na medida de proteger as crianças, que, quando se conversa com ela sobre potenciais perigos, é fundamental que seja de forma calma e cuidadosa. Faz-se uma ressalva relevante que amedrontar a criança é contraprodutivo e pode impedir que a intervenção seja completa, pelo medo que a vítima pode estar sentindo naquele momento de revelação.

Para Jorge (2010), os professores, ao notarem qualquer sinal que indique que a criança está sendo vítima de abuso sexual, devem imediatamente denunciar aos órgãos competentes para que estes possam investigar o caso, levando em consideração todos os sinais de comportamentos demonstrados pela vítima.

Existem casos de professores não levarem em consideração comportamentos que demonstram dúvidas quanto ao bem-estar da criança; preferem ser omissos quanto aos casos, alegando que esse papel não é de sua competência. Porém, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), nas infrações administrativas, assim se pronuncia:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (Brasil, 1990).

Nesse caso, todo profissional responsável que negar assistência e segurança para crianças que estão sendo vítimas de algum abuso está negligenciando e dando vazão para que se aumente consideravelmente a casuística. Como já é sabido, tanto o professor quanto a escola devem ter como objetivo garantir qualidade de vida para seus alunos, promovendo cidadania e segurança.

No que se refere à questão quatro, sobre se conseguem identificar quando uma criança está sendo vítima de abuso sexual, nota-se que os resultados se dividiram em três respostas, 15 (75%) professores responderam “sim”, que conseguem identificar quando uma criança está sendo vítima do abuso, e não se refere apenas no local (escola), mas em qualquer ambiente. Apenas 2 (10%) professores responderam “não” e 3 (15%) optaram por não responder.

Quando se trata de um docente conseguir identificar crianças que possam estar sendo vítimas é porque algo se consegue notar pela observação que está sendo feita, juntamente com o conhecimento sobre a temática. Sanderson (2005) descreve que as crianças vítimas do abuso sexual têm uma forma característica de lidar com a aprendizagem, sendo difícil de aprender qualquer assunto na escola e tem um desempenho insuficiente. O baixo nível de desempenho educacional é frequentemente confundido com dificuldades de aprendizagem. Mas, por outro lado, algumas crianças podem se sobressair na escola, talvez seja porque para elas a escola seja o único lugar seguro que elas possuem. Em geral, essas crianças chamam atenção porque chegam cedo e são as últimas a sair, principalmente quando ela considera que a escola é o refúgio para elas.

Azevedo e Guerra (1995) colocam em questão que toda criança carrega consigo as consequências que ela adquire sendo vítima de abuso sexual. Essas consequências podem ser orgânicas e psicológicas, e, dentre as mais comuns, estão os quadros de dificuldade na aprendizagem escolar. Levando em consideração o papel do professor no ambiente escolar, pode-se dizer que este é o que se tem de mais próximo das vítimas e é nesse ambiente onde costumam revelar os primeiros sinais. Silveiras (2002) conta que determinados comportamentos alarmantes começam a surgir em crianças de três a cinco anos, por exemplo: uma criança que vive tirando a roupa em público, que possui brincadeiras sexuais envolvendo seus colegas de sala de aula, exige total atenção dos profissionais

de educação.

Por meio dos comportamentos mencionados, já é possível identificar que a criança está passando por algum tipo de mudança comportamental que não condiz, muitas vezes, com a idade que se apresenta e cabe ao professor refletir se esses comportamentos são indícios de um provável abuso sexual que está sendo refletido por intermédio dos comportamentos da vítima.

No que tange à questão seguinte, sobre se presenciaram comportamentos estranhos de crianças na sala de aula que caracterizam estar sofrendo abuso sexual, 10 (50%) participantes responderam a opção “nenhum”, 6 (30%) já tiveram experiência de presenciar (1 ou 2 vezes). Não menos importante, destacam-se também que 20% dos participantes já conseguiram presenciar de 3 a 10 vezes comportamentos que indicassem indícios de abuso sexual, não por ser minoria, mas se nota que poucos profissionais conseguem ter a percepção sobre o assunto.

Lima (2009) deixa evidente que é na escola que a maioria das vezes os segredos que envolvem a violência começam a ser desvendados. Brino e Williams (2003) relatam que a escola se mostra o lugar ideal para detectar e fazer a intervenção em casos de abuso sexual infantil. Esses autores confirmam em suas falas o quanto a escola é um lugar onde as crianças se sentem seguras em revelar seus segredos, porque se sentem à vontade e confiam nos que estão por perto. Isso se leva em conta, muitas vezes, pela inocência que a criança carrega e demonstra com mais facilidade em seus comportamentos o que tem vivenciado.

Para Azevedo e Guerra (1995), a criança abusada sexualmente pode apresentar em seu contexto escolar diversos sintomas. A criança que já sofreu ou está sofrendo abuso sexual demonstra dificuldades em relatar o fato. Comportamentos sexualizados, como o toque frequente nos órgãos sexuais, desenhos e posturas sexuais constantes, problemas no sono, fugir de casa ou evitar voltar para casa após a escola, também se tornam características de abuso. A criança ainda pode se comportar retraída, isolada, quieta, com comportamentos agressivos, medrosa, envergonhada, triste, carente, desconfiada, irritada e passiva. Os prejuízos que uma criança abusada pode sofrer são dificuldades de adaptação interpessoal, sexual, afetiva e de aprendizagem escolar.

Quando questionados se na escola em que atuam é comum ter atividades pedagógicas voltadas para o assunto, estendendo o conhecimento para professores e alunos, os resultados demonstraram que 15 (75%) dos participantes confirmam que nas escolas em que atuam possuem atividades, como capacitação para intervenção contra violência sexual infantil, e 5 (25%) responderam “não”.

Nota-se que a maioria dos participantes confirmaram que no local que atuam existem atividades pedagógicas voltadas para o assunto abordado, porém, grande parte dos participantes não consegue ter a percepção quando se trata de reconhecer uma vítima de abuso sexual. Leva-se em conta que talvez a formação que lhes é oferecida não seja o suficiente para o aprendizado deles. Por isso, Sanderson (2005) diz que é fundamental que todos os docentes sejam treinados adequadamente quanto ao entendimento mais claro sobre o abuso sexual em crianças.

Brino e Williams (2003) dizem que programas de capacitação (para professores) baseados em modelos transmissivos e prescritivos, que direcionam esses profissionais para uma abordagem por meio de palestras, aulas e manuais, parecem não alcançar os resultados positivos esperados. O mais indicado pelos estudos, que soam mais eficazes em prevenir o abuso sexual, são aqueles programas que envolvem práticas, capacitação de aquisição de habilidades e exercícios que levam à reflexão sobre a atuação direta.

Sanderson (2005: 281) menciona que

Programas escolares poderiam incluir a prática e o treino de mensagens básicas de segurança, assim como encenações de situações potencialmente perigosas, com conselhos para crianças sobre como evitá-los e o que fazer caso se sintam em perigo.

Usando esses métodos de intervenção, podem-se minimizar os riscos ou mesmo evitar o fato em questão.

Para Sanderson (2005), não se pode esquecer que qualquer programa direcionado à criança seja crucial, que passe um conhecimento correto sobre o abuso sexual e não apenas se concentre no

conhecimento superficial. Ela incluiu informação de que se uma criança for bem-direcionada quanto às informações necessárias e corretas, será possível orientá-la para que esteja totalmente consciente dos perigos que a violência sexual infantil pode proporcionar.

Para Figueiró (2006), a escola, como instituição educadora e formadora, não deve fugir de seu papel e ignorar totalmente as questões sexuais emergentes de todos que a ocupam. O autor enfatiza que a escola deve parar de acreditar que apenas informações biológicas e palestras uma vez ao ano estarão suprimindo essa necessidade educacional que todo docente e aluno necessitam. O professor precisa de conhecimento que o aperfeiçoe sua prática cotidiana referente à violência sexual.

Em relação à sétima questão, os participantes foram questionados se acham relevante que os professores recebam capacitações rotineiras para que possam ajudar esses alunos vítimas do abuso. Todos os 20 participantes responderam “sim”. Na visão de Sanderson (2005), docentes devem ser treinados de maneira adequada quanto ao assunto. Só tendo um amplo entendimento da criança sexualmente abusada é que professores podem ter esperanças de identificar crianças que possivelmente correm risco ou as que estão sendo abusadas. Tendo em vista a importância desse processo de treinamento e capacitação, é que professores terão um conhecimento correto e mais amplo sobre a problemática discutida.

Santos (2002: 74) destaca uma fala de um professor quanto à dificuldade enfrentada no processo de intervenção contra o abuso sexual: “[...] quando se trata de violência sexual, falar e intervir não é tarefa fácil, uma vez que o tema mexe profundamente conosco, pois vem carregado dos mitos, tabus e preconceitos que fundamentam nossas práticas e discursos historicamente.”

O professor precisa estar seguro quanto ao seu dever de proteção à vítima e a escola, por sua vez, tem uma parcela considerável de deixá-lo seguro ao processo de identificação e intervenção, que seja feito de forma segura e adequada.

Landini (2011) ressalta que se todos os profissionais que convivem com crianças incluindo os de educação tivessem uma boa formação sobre essa temática, facilitaria a identificação das vítimas e a intervenção teria resultados positivos. Considerando que a escola tem todo o objetivo de garantir qualidade de vida de sua clientela, promovendo a cidadania, é de necessidade extrema a capacitação docente, levando em conta o conhecimento legal que ampara a vítima e o direito da criança e do adolescente, e de possíveis acompanhamentos psicopedagógicos para crianças vítimas de abuso sexual.

A formação e capacitação são necessárias para que o professor consiga identificar um conjunto de características, além de que pode avaliar o contexto da criança quando começa a ocorrer os tais sintomas, como se foi um processo, se foi algo repentino, se esses mesmos sintomas estão acontecendo há muito tempo, se é isso que está causando a redução da aprendizagem escolar, para poder, então, tomar as devidas providências, como uma possível intervenção (Landini, 2011).

Portanto, a capacitação para professores dentro e fora do ambiente escolar é muito importante para futuras intervenções com problemas de abuso e violência sexual contra criança. O ambiente educacional precisa ser lugar que acolhe e protege as crianças fora do seu ambiente familiar, aderindo à citação no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Logo, entende-se que toda criança é rigorosamente amparada por lei. E o professor, como um dos principais citados na pesquisa, deve estar atento a sinais de alerta, para que assim possa encaminhar e ajudar a criança que estiver passando por abuso sexual.

Pelo fato de existir muitos casos atuais de abusos intrafamiliares, muitas vezes, isto, torna difícil algum tipo de intervenção, pois o assunto se torna muito mais delicado, já que a família está envolvida e quer manter sigilo, mas que, pela proteção da criança vitimada, questionou-se se os participantes, como educadores, sabendo de todos os direitos que uma criança possui, a auxiliariam: 16 (80%) participantes responderam “sim”, concordam em auxiliar crianças que sofrem abuso sexual, mesmo quando este vem de dentro de casa. Houve 4 (20%) respostas na opção “talvez”, e tal achado levanta a hipótese de haver certo receio (pelos professores) por ser uma situação que envolve a família.

Reiterando a fala de Lima e Barbosa (2011), o abuso sexual intrafamiliar é cheio de complexidades, que vão desde os traumas causados pelo medo, pela vergonha até com a contaminação de doenças sexualmente transmissíveis. Isso se mantém como uma realidade gritante e desesperadora, que é praticada também por pais, padrastos, irmãos ou parentes próximos, levando a vítima a ter, muitas

vezes, danos mentais, emocionais, traumas físicos, que pode vir a afetar, de forma irreversível, a saúde e, principalmente, a qualidade de vida da criança abusada.

Quando afeição e abuso sexual, amor, sofrimento estão conectados, a realidade torna-se distorcida, criando talvez ilusões, alterando percepções, e isso faz com que muitas crianças percam a capacidade de confiar em si mesma sobre o que é ou não apropriado, levando em conta que a capacidade de confiar em outras pessoas se torna mínima (Sanderson, 2005). Leva-se em consideração que o trauma ocorre quando a criança tem um relacionamento próximo com o abusador, e o abuso, por muitas vezes, é prolongado e frequente, com atividades sexuais que incluem penetração, sempre acompanhadas de violência e agressão (Groth e Birnbaum, 1978).

Com relação àqueles educadores que preferem se abster em ajudar a vítima, coloca-se em evidência a complexidade que é lidar com a família do abusado (Brino e Williams, 2003). No que tange à realidade parintinense, deve-se levar em conta o alto índice de casos apresentados no município em questão e que, muitas vezes, não são identificados como intrafamiliares. O que deve ser ressaltado é que professores não devem temer em agir a favor de crianças abusadas mesmo com a complexidade que as acompanha.

Já na nona questão, quando questionados se conseguiriam mencionar algumas características comportamentais relacionadas ao abuso sexual infantil, considerando suas experiências como educador e suas análises feitas por meio de observação na sala de aula, algumas características mencionadas obtiveram mais destaques que outras, tudo pelo acompanhamento das percepções diretamente vindas do educador. Segundo as informações obtidas, percebeu-se que várias características comportamentais foram identificadas. Para tanto, a maioria dos 20 participantes descreveu como características mais evidentes, entre todas, a tristeza, o medo e a timidez. Já para uma minoria, predominam: isolamento, choro, agressividade, cenas obscenas, sonolência, dificuldade de aprendizagem, machucados/ hematomas e, por último, a evasão escolar.

O abuso sexual infantil pode ser observado por mudanças de comportamento que a criança inocentemente exprime, cujos sinais podem ser considerados preocupantes à medida que se apresentam. Sanderson (2005) traz a seguinte informação de que os efeitos observados em relação ao abuso contra crianças podem ser divididos em categorias, que são elas: efeitos emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos e físicos. Cada um desses sinais pode ser demonstrado pela criança representando o momento em que ela está passando.

Um dos sinais citados pela maioria dos participantes encaixa-se na categoria de efeitos emocionais, em que Sanderson (2005) menciona que a criança abusada se encontra em uma profunda tristeza, uma sensação de inadequação e de ausência de iniciativa, que pode acompanhar a falta de confiança. O medo é outro principal sintoma de abuso, pois junto com ele acompanha o temor da revelação do segredo, principalmente nos casos com violência, porque as crianças temem pela sua vida. Aquelas que são sexualmente abusadas podem apresentar um profundo sentimento de mágoa e raiva, com sinais de recolhimento, depressão e tristeza. Descreve-se ainda que a criança pode demonstrar sua mágoa e raiva por meio de ataques com as pessoas que a rodeiam.

Azevedo e Guerra (1995) comentam que uma criança que demonstra um conhecimento sexual, por brincadeiras ou desenhos, mesmo com uma idade inapropriada para tais conhecimentos; que gosta de estar envolvida em brincadeiras sexuais incluindo seus colegas para fazer as mesmas coisas que ela, muitas vezes, esses tipos de comportamentos são pedidos de alertas dessas crianças, e, mesmo que não pareçam, podem ser um pedido de ajuda para que venham ser notadas ou que estejam passando por algum problema.

Nesse caso, em que a criança abusada pode trazer elementos sexuais para os envolver em suas brincadeiras, são considerados um dos efeitos comportamentais. Normalmente, o efeito comportamental mostra-se em crianças que são muito sérias e não demonstram alegria que a maioria delas exibe quando participa de explorações sexuais.

No que tange ao relacionamento das crianças com os que as rodeiam, essa característica pode ser considerada como um dos efeitos interpessoais, levando em conta o comportamento em que essas crianças vítimas demonstram. Sanderson (2005) exemplifica que uma criança que se sente profundamente envergonhada, normalmente, evita qualquer tipo de intimidade de relacionamentos, tudo pela necessidade de encobrir o sentimento de vergonha e timidez. Além de evitar proximidade com outros, a vítima pode ter excesso de comportamento de raiva e agressividade, tudo para não se

sentir vulnerável quanto ao seu segredo.

A vítima do abuso sexual demonstra uma falta de concentração e dificuldade de aprendizagem evidente na escola, e isso pode ser caracterizado como um dos efeitos cognitivos. Sanderson (2005) diz que quando a criança está em uma condição de vítima, ela sempre irá se encontrar preocupada, com medo, terror e confusa, e isso fará com que ela não consiga prestar atenção no que se espera, o aprender na escola. Habigzang e Caminha (2008) descrevem que as alterações cognitivas incluem a baixa concentração e atenção, dissociação, algum tipo de refúgio na fantasia que leve seus pensamentos para fora da realidade em que se vive e o baixo rendimento escolar.

Diante disso, não se descartam os efeitos físicos, que, mediante alguns aspectos, são sinais difíceis de ser encontrados, muitas vezes, pelo cuidado que o agressor tem para não expor o acontecido, porém Sanderson (2005) afirma que, quando o abuso sexual é acompanhado de violência, é possível a existência de sintomas físicos explícitos dele. Quando se é utilizada a força, a criança pode apresentar hematomas e, em alguns casos, talvez até sangramento na área genital. Habigzang e Caminha (2008) comentam que os sintomas físicos, além de hematomas, podem causar traumas na região oral, genital e retal, coceira, inflamação e infecção nessas áreas, juntamente com desconforto em relação ao corpo.

Todas essas características que abordam a vítima, sejam elas física, emocional, interpessoal, são relevantes da atenção do professor, e, diante dessas características, ele poderá ter uma percepção mais aguçada quando se trata da identificação de casos de abusos sexuais. Deve-se ressaltar que a maioria das características citadas pelos 20 participantes condiz parcialmente com que a literatura traz sobre casos de abuso sexual infantil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, é necessário enfatizar que o abuso sexual infantil é um problema social e está cada vez mais entre os dados alarmantes de violências contra crianças, e não parece ser um problema que irá se resolver tão cedo, tanto que existe uma necessidade de conscientização de mais informações a serem repassadas à sociedade, principalmente pela proteção da integridade das crianças que contemporaneamente são os alvos principais.

Este estudo teve como objetivo verificar se professores da rede municipal de Parintins, AM, conseguiam perceber, reconhecer ou identificar na sala de aula crianças vítimas de abuso sexual infantil, tudo isso por meio de observação de comportamentos demonstrado no dia a dia pelas crianças ou mesmo pela comunicação verbal. Para tanto, observou-se que existe uma grande carência de professores sobre as informações quanto ao abuso sexual infantil. Nota-se um conhecimento raso sobre a temática, o que faz com que tenham dificuldades em reconhecer uma criança que está sendo supostamente vítima de abuso.

É possível reconhecer as dificuldades enfrentadas por grande parte dos docentes no que tange à identificação de casos de abuso sexual. Se o educador não consegue perceber, não haverá possibilidades de seguir com uma prática de intervenção. No entanto, o que se torna curioso é que as instituições possuem em seus calendários escolares projetos voltados para a capacitação de professores com a temática, porém, esses não são cumpridos, e muitas vezes passam despercebidos por não serem considerados tão importantes quanto deveriam. Leva-se em consideração a falta de conhecimento e prática de muitos professores.

A escola, por sua vez, necessita estar disposta a trabalhar com o professor em projetos de intervenção eficientes, capacitação, para que educador que convive diariamente com o aluno consiga identificar quando, porventura, este estiver em perigo. Quando o professor estiver munido dessas informações necessárias pode até intervir em situações de crianças que ainda não estão sendo abusadas sexualmente, mas que estão sofrendo aliciamentos.

Segundo as respostas quantificadas, a maioria dos docentes não consegue perceber por meio de comportamentos o abuso sexual. Este estudo levou em consideração que a maioria dos professores consegue mencionar parcialmente os tipos de comportamento, mas, diante deles (realidade com a criança) não consegue ter a percepção correta sobre a problemática (prática ocular).

Quanto à temática abordada, é possível que professores devidamente instruídos (em conteúdo e prática ocular mediante casos de abuso) poderão de forma significativa colaborar com denúncias para contribuir com a redução de números de casos de abuso sexual infantil, diminuindo assim as mazelas que esse tipo de violação acarreta nas vítimas e quanto mais precoce isto acontecer, melhor serão os resultados de superação das vítimas. Não se pode descartar que quanto mais as instituições tiverem acesso a informações, mais a possibilidade de identificação e solução do problema. É coerente pensar que um problema social como este, o abuso sexual infantil, é algo que está longe de ser solucionado, mas o processo de identificação é um meio facilitador para a contribuição de casos virem à tona.

Ressalta-se que não se esgota a temática discutida, pois ainda há muitas chances e possibilidades de investigações que visem a grandes desafios aos professores, da relevância do entendimento sobre o abuso sexual, na perspectiva de como identificar alunos vítimas desse abuso em sala de aula.

REFERÊNCIAS

Azevedo, M. A.; Guerra, V. A. (1995): *A violência doméstica na infância e na adolescência*. Robe, São Paulo.

Brasil. Presidência da República. (1988, 5 outubro): Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. En *Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Não paginado. Disponible en: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Consultado en: 27/07/2019.

Brasil. Presidência da República. (1990, 16 julho): Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. En *Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Não paginado. Disponible en: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm. Consultado en: 27/07/2019.

Brasil. Ministério da Saúde. (2006): *Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação*. Ed. Ministério da Saúde, Brasília, DF. Disponible en: https://www.unicef.org/brazil/pt/SPE_Guia_Formacao.pdf. Consultado en: 27/07/2019.

Brino, R. F.; Williams, L. C. A. (2003): Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. En *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 119, p. 113-128. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a06.pdf>. Consultado en: 27/07/2019.

Brino, R. F.; Williams, L. C. A. (2009): *A escola como agente de prevenção do abuso sexual infantil*. Suprema, São Carlos.

Chizzotti, A. (2005): *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7. ed. Cortez, São Paulo.

De Lorenzi, D. R. S.; Pontalti, L.; Flech, R. M. (2001): Maus tratos na infância e adolescência: análise de 100 casos. En *Revista Científica da AMECS*, Caxias do Sul, v. 10, n. 1, p. 47-52. Disponible en: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd26/fulltexts/0272.pdf>. Consultado en: 27/07/2019.

Faleiros, E. T. S. (2000): *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Thesaurus, Brasília, DF.

Figueiró, M. N. D. (2006): *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. Mercado de Letras, Campinas.

Fontelles, M. J. et al. (2009): Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. En *Revista Paraense de Medicina*, Belém, v. 23, n. 3. Não paginado. Disponible en: https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf. Consultado en: 27/07/2019.

Groth, A. N.; Birnbaum, H. J. (1978): Adult sexual orientation and attraction to underage persons. En *Archives of Sexual Behavior*, New York, v. 7, n. 3, p.175-181.

Guerra, V. N. A. (2008): *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 6. ed. Cortez, São Paulo.

Habigzang, L. F.; Caminha, R. M. (2008): *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. 2. ed. Casa do Psicólogo, São Paulo.

Jorge, A. N. S. (2010): *Estudos dos mitos e crenças que os professores possuem acerca do abuso sexual infantil*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e de Saúde. Porto, Universidade Fernando Pessoa. Disponible en: http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1464/2/DM_AnaJorge.pdf. Consultado en: 27/07/2019.

Landini, T. S. (2011): *O professor diante da violência sexual*. Cortez, São Paulo.

Lima, C. M. (2009): *Infância ferida: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais*. Juruá, Curitiba.

Lima, H. C. A. F.; Barbosa, C. T. (2011): Violência sexual contra criança e adolescente: uma violação de direitos. En: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5., 2011, São Luís. *Anais...* Universidade Federal do Maranhão São Luis. Não paginado. Disponible en: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/VIOLENCIA_SEXUAL_CONTRA_CRIANCA_E_ADOLESCENTE.pdf >. Consultado en: 27/07/2019

Martinelli, T. A. (2007): *Redes de abuso*. Scipione, São Paulo.

Minayo, M. C. S. (2006): *Violência e saúde*. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro. Disponible en: <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Consultado en: 27/07/2019.

Oliveira, S. L. (1999): *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. 2. ed. Pioneira, São Paulo.

Reppold, C. T. et al. (2002): Prevenção de problemas de comportamento e o desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. En: Hutz, C. S. (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. Casa do Psicólogo, São Paulo, p. 7-51.

Russell, D. E. H. (1986): *The secret trauma: Incest in the lives of girls and women*. Basic Books, New York.

Sanderson, C. (2005): *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. M. Books do Brasil, São Paulo.

Santos, V. M. M. (2002): *A formação do educador frente à violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes*. Dissertação de Mestrado em Educação e Cultura. Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Silvares, E. F. M. (2002): Orientação sexual da criança. In: Brandão, M. Z. S.; Conte, F. C. S.; Mezzaroba, S. M. B. (Org.), *Comportamento humano: tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor*. ESETec, Santo André, p. 111-120. Disponible en: <https://tommyreforcopositivo.files.wordpress.com/2015/08/brandc3a3o-m-z-s-conte-f-c-s-mezzaroba-s-m-b-2002-comportamento-humano-tudo-ou-quase-tudo-o-que-voccc3aa-precisa-saber-para-viver-melhor.pdf>. Consultado en: 27/07/2019.

Vieira, S.; Hossne, W. S. (2001): *Metodologia científica para a área da saúde*. Campus. Rio de Janeiro.